

## **Agricultura Familiar em Áreas Periurbanas em Acarape-CE: Perfil Socioeconômico, Segurança Alimentar e Acesso a Políticas Públicas**

*Francisca Eirilânia Soares Gonçalves Oliveira,*

**Resumo:** *Este artigo tem por objetivo analisar os perfis dos agricultores periurbanos da cidade de Acarape-CE, estudando a contribuição da agricultura na renda familiar em suas diversas relações econômicas, além de analisar os vínculos com programas sociais, a segurança alimentar e os conceitos sobre agroecologia. Portanto foi utilizado como método de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas de caráter quantitativo composta por 39 famílias residentes de duas localidades do município. A partir da análise dos dados, pode-se identificar que os agricultores cultivam para além do autoconsumo, no entanto, as atividades são frágeis quanto à sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar, além de possuir o mínimo acesso aos programas sociais. Enfim, por meio do estudo constatou-se a baixa renda, a falta de assistência técnica, as práticas não agroecológicas, além da agricultura não ser suficiente para sanar as necessidades de mais da metade das famílias, e ainda a carência das ações dos atores do órgão municipal.*

**Palavras-chave:** *Agricultura Familiar. Agroecologia. Renda familiar.*

**Área Temática:** *Agricultura Familiar. Políticas Públicas*

### ***Family Farmer in Periurban Areas in Acarape-CE: Socioeconomic Profile, Food Security and Access to Public Policies***

**Abstract:** *This article aims to analyze the profiles of periurban farmers in the city of Acarape-CE, studying the contribution of agriculture to family income in its various economic relationships, in addition to analyzing the links with social programs, food security and concepts about agroecology. Therefore, as a method of data collection, semi-structured interviews of a quantitative nature were used, consisting of 39 families residing in two locations in the municipality. From the analysis of the data, it can be identified that farmers cultivate beyond self-consumption, however, the activities are deficient in sustainability and food security, in addition to having minimal access to social programs. Finally, through the study, it was found that low income, lack of technical assistance, non-agroecological practices, in addition to agriculture not being enough to meet the needs of more than half of the families, there is a lack of actors in the municipal body.*

**Keywords:** *Family Farming. Agroecology. Family income*

### ***Agricultor familiar en zonas periurbanas de Acarape-CE: perfil socioeconómico, seguridad alimentaria y acceso a políticas públicas***

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar los perfiles de los agricultores periurbanos en la ciudad de Acarape-CE, estudiando la contribución de la agricultura al ingreso familiar en sus diversas relaciones económicas, además de analizar los vínculos con los programas sociales, la seguridad alimentaria y los conceptos sobre agroecología. Por lo tanto, se utilizaron entrevistas cuantitativas semiestructuradas como método de recolección de datos, compuestas por 39 familias residentes en dos localidades del municipio. A partir del análisis de los datos, se puede identificar que los agricultores cultivan más allá del autoconsumo, sin embargo, las actividades son deficientes en sostenibilidad y seguridad alimentaria, además de tener el acceso mínimo a programas sociales. Finalmente, a través del estudio se encontró que los bajos ingresos, la falta de asistencia técnica, las prácticas no agroecológicas, además de que la agricultura no es suficiente para satisfacer las necesidades de más de la mitad de las familias, hay una falta de actores de la agencia municipal.

**Palabras clave:** *Agricultura Familiar. Agroecología.. Renda Familiar.*

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento da agricultura familiar pela sua importância na produção de alimentos e trabalho demorou longos anos para que acontecesse no Brasil, ocorrendo através da mobilização de movimentos sociais rurais, e que levaram a criação de diversas políticas públicas, como o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996. O programa social deu visibilidade para que as políticas públicas fossem implementadas na agricultura e fortaleceu a agricultura familiar (SCHNEIDER et al., 2013). Antes esta era denominada de agricultura de subsistência, no entanto com o passar dos anos ficou claro que a agricultura familiar não plantava apenas para o consumo, mas também para a comercialização, ao qual a percepção pela valorização crescente do homem na agricultura se intensificou, gerando a necessidade de políticas que abranjam a promoção do desenvolvimento rural (DELGADO, 2017). Dessa forma deu-se início a estratégias de projetos com foco no desenvolvimento rural, baseados em uma reforma agrária, com intuito de combater a fome e gerar uma agricultura sustentável, além de fortalecer a soberania alimentar com a atuação dos membros da sua própria família na gestão e no trabalho da produção de alimentos para o consumo e a comercialização (GRISA, 2014).

A agricultura familiar além do reconhecimento de suas atividades, tornou-se uma definição legal estabelecida pela lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que ficou conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, tendo como principal objetivo o uso para as políticas públicas. Segundo IBGE (2022) no Brasil a população vem superando a marca de duzentos e quinze milhões de habitantes, com a aceleração do crescimento da população, a desigualdade socioeconômica se intensifica, e tem como consequência a dificuldade na implementação de políticas públicas e de segurança alimentar. No primeiro governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança

Alimentar e Combate à Fome (MESA), e um dos principais atributos foi atrelar programas de transferência de renda, como Bolsa Escola, Auxílio Alimentação e o Vale Gás, e no ano de 2003 foi resumido em um único programa denominado Bolsa Família. No mesmo ano (2003), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi reativado, o qual reitera que a segurança alimentar e nutricional pode ser entendida como:

*“A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CASTRO, 2019)”*.

O presidente do Brasil no mandato de 2019 a 2022 extinguiu o CONSEA, o que fragilizou a soberania alimentar e o funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), comprometendo a garantia do povo a uma alimentação adequada. O órgão SISAN não deve ser encarado como desperdício de dinheiro público, pelo contrário, ele possui baixo custo-benefício, realizando práticas saudáveis às gerações contempladas. Elisabetta Recine (FAO, 2019) explica que: *“A relação custo-benefício do SISAN, proveniente de conhecimentos qualificados, que vem das bases e mostra a diversidade de realidades, leva ao aprimoramento de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar”*. No ano de 2023, no início do terceiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve a reativação do CONSEA, garantindo a todos os brasileiros a aproximação do direito a políticas de segurança alimentar.

Neste sentido é importante destacar os espaços urbanos e periurbanos como produtores de alimentos, com práticas multidimensionais desde o autoconsumo a comercialização, logo esse espaço denominado de periurbano é um espaço entre o urbano e o rural representado por agricultores que praticam a agricultura familiar. Logo, a noção de urbanização está igualmente vinculada à ideia de uma aproximação entre o campo e a cidade, particularmente no que diz respeito ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade (WANDERLEY, 2000). Os agricultores familiares periurbanos estão enquadrados nessa perspectiva de que a agricultura familiar deixa de ser vista de maneira isolada e passa a ser vista como atividade que influencia diretamente no espaço urbano, definindo-se com um fenômeno de pluriatividade, como a redução do espaço rural para o urbano, conectando ambos ocasionando o próprio periurbano (híbrido), modernização rural e a valorização do patrimônio natural e cultural (SCHNEIDER, 2009). De modo geral, as áreas periurbanas são identificadas como espaços de transição, onde o urbano

e o rural se cruzam, criando espaços com atributos específicos, com as suas fragilidades e as suas potencialidades próprias, resultando interações entre elementos urbanos e rurais, e essa transição ainda reflete em pontos de vistas ambiental e socioeconômico (SANTOS, 2013). Corroborando ainda que:

*“Essa posição entre a cidade e o campo traria mudanças qualitativas para uma série de fenômenos que se desenvolvem nos espaços periurbanos. É lá que se instalam as famílias urbanas de classes solváveis, de cidades economicamente pujantes, em busca de amenidades rurais, no entanto sem abrir mão dos serviços urbanos e da proximidade com o mercado de trabalho. Também é lá que se encontram terrenos mais baratos, e com maior disponibilidade no mercado informal ou, ainda, para ocupação por famílias de baixa renda. (PEREIRA, 2013).”*

A agricultura periurbana possui um conceito multidimensional que abrange vários aspectos: produção, prestação de serviço em um conjunto familiar, e a transformação para gerar produtos agrícolas, voltadas para o autoconsumo, as doações e/ou trocas e a comercialização local ou em outras áreas como a rural e urbana (GIACCHÈ, 2015). O termo multifuncionalidade também tem relação com o rural e com tais temáticas, pois também se relaciona com:

*“Todas as atividades da cadeia produtiva, o desenvolvimento do local, viveiros, processamento etc., e até mesmo os conhecimentos e técnicas utilizadas. A multifuncionalidade adquire um significado particular relacionado à agricultura (urbana) que aponta para a diversificação e pluriatividade, ou seja, uma variedade de atividades com conhecimentos específicos que frequentemente melhoram o padrão de vida das famílias dos produtores (BRAGA, et al. 2019).”*

De acordo com Braga et al. (2019) o conceito da multifuncionalidade periurbana pode apontar para funções como diversificação, externalidade e pluriatividades. A diversificação é classificada como a diversidade de atividades com os conhecimentos específicos, e externalidades são processos que ocorrem além dos sistemas produtivos, como as causas pelos sistemas direto (queimadas, erosões, desmatamento). Schneider (2009) ressalva que a pluriatividade corresponde a uma estratégia dos próprios agricultores, a qual visa à combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar.

Diante desse contexto, este artigo teve como objetivos: a) Traçar o perfil dos agricultores periurbanos de duas localidades do município de Acarape-CE; b) Estudar a contribuição da agricultura na renda familiar em suas diversas relações econômicas (autoconsumo, comercialização e trocas ou doações), nas localidades que foram coletados os

dados. c) Elencar em quais políticas públicas para a agricultura os agricultores estão inseridos. d) Avaliar a segurança alimentar das famílias estudadas, assim como o entendimento de conceitos de agroecologia.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 15 em novembro de 2022, em duas áreas periurbanas da agricultura familiar no município de Acarape, distante 61 km da Capital Fortaleza/CE, e com uma estimativa populacional de quinze mil trezentos e trinta e oito habitantes. A primeira parte da aplicação dos questionários ocorreu na comunidade da área denominada de Poço Escuro, localizada a 8 km de distância da sede da cidade, e a segunda ocorreu na comunidade denominada de Riachão do Norte (Figura 1), a cerca de 6 km de distância até a sede da cidade (Governo municipal de Acarape CE; IBGE 2022), através de entrevistas e aplicação de questionário. Pereira (2013) salienta que a área periurbana pode ser caracterizada como uma área de transição, e isso está ocorrendo ao longo dos anos com as localidades estudadas, estão situadas em espaços próximos aos asfaltos que interligam as cidades, e povoando mais ainda essas áreas. Logo o município está situado na região do Maciço de Baturité, no estado do Ceará. Ainda segundo dados do IBGE (2021) o município de Acarape-CE ocupa a quadragésima primeira colocação na produção agrícola entre as cidades do estado do Ceará.

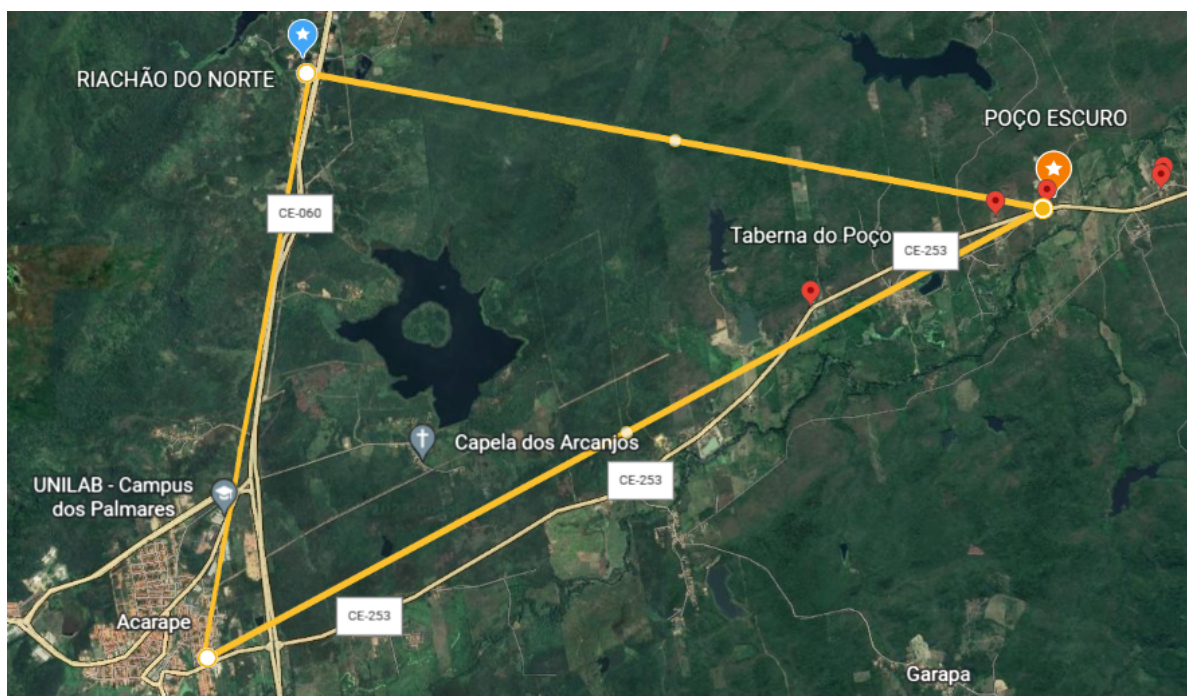


Figura 1. Mapa de localização das áreas estudadas no município de Acarape-CE. Fonte: Elaborado



pele Google Earth adaptado pela Autora (2023).

A pesquisa teve início com as visitas às localidades ocorrendo de maneira presencial nas casas, através de diálogos com os agricultores. As comunidades foram escolhidas pelo rápido acesso, por se dispor de residências próximas e o maior número de agricultores. A população estudada foi constituída por pessoas adultas, da área da agricultura familiar, e a pesquisa trata-se de caráter exploratório com abordagem qualitativo.

A coleta ocorreu por meio de um instrumento elaborado pela autora, composto por 29 itens tabulados pelo programa EPI Info e Microsoft Excel. Foram coletadas variáveis socioeconômicas, de rentabilidade, da segurança alimentar e dos programas de políticas públicas (Quadro 1). As entrevistas foram semiestruturadas foram seguidas as etapas das perguntas como estavam elaboradas no instrumento de coleta, porém com uma metodologia mais flexível, muito semelhante a trocas de saberes, com certa informalidade para que o agricultor ficasse à vontade e em harmonia com o entrevistador.

**Quadro 1. Informações do questionário aplicado aos agricultores periurbanos de Acarape-CE, aplicado em novembro de 2022, divididas em tópicos: dados pessoais, dados da propriedade e produção, dados da segurança alimentar, dados da agroecologia e programas sociais e de políticas públicas. Fonte: elaborado pela autora.**

<b>Dados pessoais</b>	Nome, gênero, estado civil, grau de escolaridade, renda fixa, fonte de renda além da agricultura, número de residentes da propriedade, tempo de prática na agricultura.
<b>Dados da propriedade e produção</b>	Localização da propriedade, distância da sede, acesso à (DAP) acesso ao (CAR), local de cultivo. Principais plantações, qual destino dos produtos, qual alimento mais produzido para consumo, mais produzido para a comercialização (circuito curto), qual alimento mais troca e/ou doa.
<b>Dados da segurança alimentar</b>	Alimento mais adquirido no mercado para o consumo, qual método de adubação aplicada no cultivo, origem da semente, método do controle de pragas.
<b>Dados sobre agroecologia</b>	O que você entende por “agroecologia”? Se considera um agricultor com princípios agroecológicos?
<b>Dados sobre programas sociais e Políticas</b>	Acesso a programas sociais, a assistência técnica/extensionista, participação em organizações coletivas.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A coleta de dados buscou analisar o perfil dos agricultores periurbanos da cidade de Acarape-CE, e desse modo, foram coletadas variáveis socioeconômicas, de segurança alimentar e dos programas de políticas públicas. Foram contabilizadas 39 entrevistas, com a participação de homens e mulheres, com idades acima dos 18 anos, que residiam sozinhos ou com familiares/amigos, destes, 19 participantes foram da localidade de Poço Escuro e 20 da localidade de Riachão do Norte. Dos participantes, 22 (57%) eram homens e 17 (43%) mulheres, evidenciando a ligeira predominância do sexo masculino nesse estudo, destes, a maior parte eram casados ou vivem em união estável, representado por 26 (67%), seguidos por solteiros/divorciados (23%) e em uma menor porcentagem viúvos 4 (10%).

A pesquisa também evidenciou o baixo grau de instrução dos entrevistados, sendo 15 (38%) possuíam somente o ensino fundamental incompleto, 11 o ensino fundamental completo (28%), 9 não frequentou escola (23%) e uma menor porcentagem 4 participantes (10%) concluíram o ensino médio. Quanto à composição da renda dos produtores, cerca de 24 participantes afirmaram não ter trabalho que lhes garantam um salário fixo (61%) mas realizavam atividades para complementar a renda, e tais atividades praticadas eram serviços agrícolas e não agrícolas (serviços locais), ratificando Schneider (2009) ao qual afirma que a pluriatividade que ocorre no ambiente periurbano com atividades agrícolas e não agrícolas geram efeitos nas economias locais.

Além das atividades agrícolas e não agrícolas, os mesmos 24 participantes (61%) que informaram não possuir uma renda fixa de um salário, têm acesso ao Programa de transferência direta de renda condicionada (BOLSA FAMÍLIA), que lhes garante uma renda mínima mensalmente. Os que afirmaram possuir uma renda fixa de um salário mínimo, são compostos por 4 entrevistados (10%) sendo estes, funcionários públicos ou privados, enquanto os aposentados e/ou pensionistas representam 11 (29%).

Em relação ao arranjo familiar, 14 (35%) das famílias afirmam residir com no mínimo 4 pessoas composto por conjuge, filhos e netos, 10 afirmaram residir com 3 pessoas (26%) composta por cônjuge e mais de um filho, outros 9 afirmaram residir com cônjuge e apenas um filho (23%) e 6 reside apenas com o cônjuge (14,4%), sendo constatados que os filhos e netos que ainda residem com os pais e/ou avós são menores de idade.

Todos os participantes afirmaram que possuem tempo de prática das atividades agrícolas nos espaços onde residem de 20 anos ou mais, e um dos agricultores cita: “Desde

*que eu nasci já vivi na roça, sempre morei no mato, quem não vive na cidade tem que plantar senhora".* Constatamos que 39 (100%) dos agricultores entrevistados vem de uma geração que sempre atuou nos espaços rurais, os mesmos afirmaram que a agricultura está presente em suas vidas desde a infância por influência dos pais, atribuindo à sua fonte de renda tais atividades adquiridas durante os anos de práticas.

A motivação para realização das atividades agrícolas entre os entrevistados foi de 22 (57%) para consumo e aumentar e/ou completar a renda, 11 participantes para o autoconsumo (29%), 5 participantes afirmaram tradição com a agricultura (12%) e 1 participante pratica por lazer (2%). De acordo com Ferrão (2020), em um estudo no Distrito Federal, o relato dos agricultores periurbanos assemelha-se ao relato dos agricultores no município de Acarape-CE, onde este afirma que a motivação para desenvolver atividade agrícola, para a grande maioria, está no vínculo com a sua origem rural ou influência familiar, além da produção agrícola ser destinada ao autoconsumo, doações e/ou troca e comercialização.

Para os agricultores periurbanos que participaram da pesquisa, a agroecologia é uma prática distante dos seus modelos de atividades agrícolas, ao qual 35 participantes (90%) responderam não ter o conhecimento das práticas agroecológicas e conseqüentemente não se consideram agricultores com princípios agroecológicos. Tendo em vista que o papel da agroecologia na agricultura familiar está relacionado a promover um modelo de desenvolvimento sustentável, além do fortalecimento da agricultura e a potencialização da segurança nutricional. Conforme Barros (2021), a agroecologia é considerada uma das possíveis estratégias em meio às necessidades básicas como alimentação adequada, sustentabilidade e viabilidade econômica sendo ela inter-multi-transdisciplinar, integrando vários aspectos, desde os agrônômicos, os ecológicos, os culturais e os econômicos.

A agroecologia tem como base promover uma agricultura sustentável, visando um plantio com métodos de adubação ideal para a conservação do solo, como o exemplo da adubação orgânica, onde 9 (23%) participantes informaram usar o esterco bovino como adubo. No entanto, 30 agricultores (76%) afirmaram não utilizar nenhum método de adubação, plantando diretamente na terra após a queimada, método usado pelos agricultores para a limpeza e preparo do solo. Para Carrilho et al. (2022), a queimada ainda é uma prática bastante utilizada pelos agricultores, e esse método para a limpeza e preparo do solo vem sendo praticado de forma indiscriminada, afetando diretamente a biodiversidade dos recursos naturais, tornando-se um dos maiores problemas ambientais que o Brasil enfrenta. Em relação à propriedade da terra, cerca de 27 participantes (69,23%) plantam em roçados próprios, 10



(25,64%) em terrenos de terceiro (arrendados) e uma quantidade menor, 2 participantes utilizam o seu quintal como quintal produtivo com (5%).

Outra questão pesquisada foi a origem das sementes usualmente utilizadas, com as alternativas de serem doadas, compradas ou próprias, e seis (13%) agricultores relataram receber a doação das sementes através do órgão público Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e pelo programa Garantia Safra, 15 agricultores (33%) afirmaram que as sementes são compradas, justificando pela praticidade e 25 (54%) afirmaram que usam as próprias sementes provenientes de safras anteriores, como afirma um agricultor que usa sementes próprias: *"Para nós sai mais barato guardar sementes da safra de hoje, para usar na outra plantação, e é até melhor, colocamos na garrafa e não apodrece, as minhas são das boas, todo ano faço assim"*. Uma das práticas que caracterizam a agricultura familiar é a justamente a conservação da semente de uma safra para o próximo cultivo, denominadas de sementes crioulas, e que trazem uma gama de possibilidades para o agricultor, pois além de multiplicar a sua cultura, garantem uma alimentação saudável, diversificada, contribuindo diretamente com a biodiversidade e assim fortalecendo sua independência de insumos externos. Campos et al. (2020) confirmam tais conceitos sobre sementes crioulas, quando afirma que as agricultoras e os agricultores que conservam e preservam a agrobiodiversidade são conhecidos, como guardiãs e guardiões das variedades crioulas.

Dentre os métodos mais utilizados para o controle de pragas, foram os métodos químicos e métodos naturais, sendo que o tratamento químico se mostrou bastante expressivo, com 30 (77%) agricultores relatando uso, afirmando que a ação ocorria a partir do uso de venenos pulverizantes. Segundo ABRASCO (2012) o uso de agrotóxicos usados na agricultura como, fungicidas, pesticidas e herbicidas, causam efeitos graves à saúde, podendo gerar intoxicações agudas e crônicas. Um número reduzido de agricultores, cerca de 9 (23%) dos participantes, afirmaram usar o óleo do nim ou extrato do nim (*Azadirachta Indica*) para controlar as pragas que atacam suas plantações. Um produtor respondeu como eles preparavam o tratamento natural, informado da seguinte forma: *"Dona eu tiro as folhas ou as sementes deixo secar depois vou moer, e as misturo com água, e depois reservo em uma garrafa de plástico de 1 litro fecho e espero de um dia pro outro e vou jogando nas plantas, se for pouco faço mais e assim vou controlando, (...) serve viu."* A planta do nim (*Azadirachta Indica*) é considerada um pesticida natural, mesmo sendo de uso natural e inofensivo para humanos, utilizado fora do controle, pode ser um problema para as abelhas, mesmo sendo uma alternativa ambientalmente mais favorável que o uso desordenado dos

químicos convencionais. Sgarbossa (2022) ressalta que o Nim vem sendo pesquisado nos últimos anos para o combate a insetos, fungos, bactérias etc., além do uso em uma vasta diversidade de plantações, e o extrato também pode ser usado na agropecuária devido ao seu alto teor de repelência.

Durante a pesquisa foi perceptível a integração da Unidade de Produção Agropecuária (UPA) nas famílias entrevistadas, na perspectiva do destino dos alimentos cultivados e suas relações econômicas, já que a UPA é um sistema composto por variáveis que integram as atividades da agricultura familiar. O destino dos alimentos cultivados pelos agricultores periurbanos que participaram da pesquisa foi classificado em 7 categorias de relações econômicas: i. Autoconsumo, ii. Troca e/ou Doações, iii. Comercialização, iv. Autoconsumo e Comercialização, v. Consumo e Troca e/ou Doação, vi. Comercialização e Troca e/ou Doação, e vii. Todas as Alternativas, pois poderiam responder mais de uma resposta no formulário neste quesito. O destino com maior percentagem está representado por 21 agricultores que marcaram autoconsumo e comercialização (54%) seguidos por autoconsumo com 11 participantes (28%) que produzem para a subsistência, 3 participantes (7%) relataram que têm como destino o autoconsumo + troca e/ou doação, outros 3 participantes (7%) comercialização + troca e/ou doação enquanto que uma pequena porcentagem dos participantes (2%) representado por 1 agricultor destina apenas para comercialização. Importante ressaltar que a alternativa que continha todas as opções e apenas troca e/ou doação não foi escolhida por nenhum dos participantes.

Ao observar este resultado, nota-se a evidência da agricultura familiar participante efetiva de atividades de comercialização, contrastando com aquela ideia equivocada de que a agricultura familiar atua apenas em subsistência. A agricultura familiar periurbana também é uma agricultura que está relacionada ao autoconsumo e a comercialização. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) estima-se que 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vem da agricultura familiar, tendo relação direta com a segurança alimentar e nutricional, além de fomentar a economia local e contribuir com a renda através de circuitos curtos de comercialização, que além de favorecer os produtores de aproximar-se dos consumidores, o circuito curto é a forma de comercializar de maneira direta entre o produtor e consumidor.

Os circuitos curtos de comercialização emergem a definição de um sistema que inter-relacionam as pessoas que estão diretamente ligadas em uma economia alternativa que incorpora valores culturais e sociais locais (SILVA, 2017). Os circuitos curtos estão próximos da agroecologia e a prática da agricultura periurbana, que é realizada nos espaços rural e

urbano, com característica própria, fundamentando-se em várias dimensões, tais como a socioambiental, política, territorial, econômica e cultural indo além da articulação rural e urbana.

Em relação à variedade de alimentos cultivados pelos participantes, observou-se que os produtos eram variados, consorciados e/ou como rotação de culturas, sendo os mais presentes as leguminosas, gramíneas, frutíferas, hortaliças etc. Foi questionado aos agricultores (Figura 2), o alimento que mais produz na sua área sendo que 76% dos agricultores citaram feijão, 18% o milho, 3% relataram coentro e outros 3% relataram Jerimum, notando a importância que a cultura do feijão tem para as famílias. Importante ressaltar que os agricultores expuseram outras culturas além dessas que consideram como principais, que detêm uma produção menor, mas que possuem importância para o autoconsumo e a renda familiar das famílias, como fava, citado por 21 agricultores; mandioca, citado por 6, banana, citado por 5 pessoas; arroz citado por 3 pessoas; e batata-doce, pimenta e mamão, citados por uma pessoa cada.

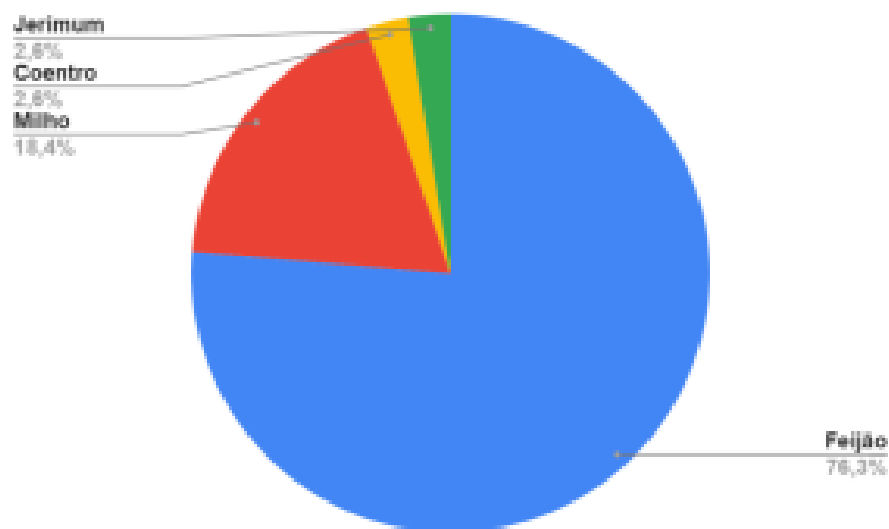


Figura 2. Destaque das principais culturas na área de produção dos agricultores entrevistados no município de Acarape. Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do questionário de pesquisa de campo, em novembro de 2022..

O presente trabalho buscou relacionar cultura de maior produção, conforme as categorias de relações econômicas: Autoconsumo, Comercialização e Troca/doação (Tabela 1).

Tabela 1. Destaque de produção das culturas com maior relevância para autoconsumo; Comercialização; Troca/doação.

PRODUTOS	AUTOCONSUMO	COMERCIALIZAÇÃO	TROCA/DOAÇÃO
	%	%	%
FEIJÃO	57,1%	32,0%	2,56%
MILHO	25,7%	52,0%	2,56%
FAVA	5,7%	12,0%	5,13%
MANDIOCA	2,9%	-	5,13%
BANANA	5,7%	4,0%	2,56%
COENTRO	2,9%	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do questionário de pesquisa de campo, em 2023.

Observou-se que no autoconsumo o feijão foi o alimento mais mencionado por 20 participantes com uma percentagem de 57,1%, segundo dados da FAO (2022) o Brasil é o segundo maior consumidor de feijão no mundo, ficando atrás apenas da Índia. Na literatura os estudos afirmam que o feijão é um alimento funcional, devido ao seu grande valor nutritivo alto teor de fibras, proteínas, ferro, cálcio prebióticos, vitamina B e diversos micronutrientes, além de apresentar muitos benefícios à saúde, e que o consumo pode proteger de doenças cardiovasculares, síndrome metabólicas, diabetes entre outros problemas relacionados à segurança alimentar (FERREIRA, 2021). O segundo alimento mais consumido pelos participantes, representado por 9 agricultores, é o milho com 27,7%, e ocorre devido à alta produtividade, pois conforme o relato dos agricultores, estes cultivavam para a comercialização 52% e o excedente vai para o autoconsumo. A fava citada por dois participantes 5,7% e a banana também com dois participantes 5,7% são culturas bastante produzidas no Ceará, com seu alto teor nutritivo. A mandioca foi citada por um participante e o coentro também um participante, ambos representando 2,9%.

Sobre a comercialização dos produtos pelos agricultores periurbanos, fez-se um levantamento das culturas para identificar quais eram as mais produzidas para fins de comercialização, o milho obteve uma percentagem de 52% das culturas mais

comercializadas, quase metade do valor total da percentagem, em seguida o feijão com 32% e a fava representada por 12% sendo uma cultura com elevado potencial econômico no município de Acarape e cidades vizinhas, seguida da cultura da banana com 4%. A produção de milho da agricultura familiar é direcionada ao mercado interno, e a valorização é mínima já que a oferta atende à demanda, no entanto o feijão tem uma produtividade menor que a do milho, porque a influência do clima na plantação e na colheita interfere diretamente na baixa produtividade, além de erosões no solo, adubação desequilibrada, e do manejo inadequado de doenças e pragas, não atendendo a demanda, e na comercialização o feijão é menos ofertado que o milho (COELHO, 2018). O comércio do milho no município é mais comum devido a quantidade produzida e a demanda ser suprida, quando comparado à comercialização do feijão. É importante salientar que o feijão é uma importante cultura utilizada para autoconsumo e comercialização. Assim relatado por um agricultor entrevistado. *"O feijão tá caro, então a gente planta primeiro pra comer, o que sobra a gente vende ou troca por fava"*.

Segundo dados do IBGE Agropecuária (IBGE, 2021), o milho lidera o ranking com maior produção no estado do Ceará e na região Nordeste ocupa o segundo lugar. No Ceará a produção de milho é a maior dentre as demais plantações, seguida do feijão e da mandioca, na cidade de Acarape Ceará no ano de 2021 o tamanho da área de plantação milho foi um pouco menor que a área do feijão, embora a sua quantidade produzida e o rendimento por hectare tenham registrado maior número. A cultura da fava e a cultura da mandioca tem grandes potenciais na agricultura familiar pois são plantações com boas adaptações nas regiões do Nordeste e culturas produzidas através de consórcios com a cultura do milho. Carvalho (2019) afirma que o milho submetido ao consórcio com a fava obtém resultados positivos. No município de Acarape-CE o rendimento médio da produção (quilogramas por hectare) do Milho foi de 1.360 kg/ha, Feijão 418 kg/ha, Mandioca 9.47 kg/ha, Fava 393 kg/ha e a Banana 6.667 kg/há (IBGE, 2021).

Sobre os alimentos mais adquiridos pela família no comércio, mas que não são produzidos por eles, houve possibilidade de mais de um item a ser apontado. O arroz obteve a porcentagem de 40,8%, seguida do feijão com 14,5% e o cuscuz com 11,8%. Sendo esses os 3 principais alimentos adquiridos no mercado. Para Ferreira (2021) o arroz e o feijão são a comida do Brasil, a tradição da alimentação saudável, e ressalta ainda que a alimentação é fundamentalmente determinada na quantidade, na diversidade e na disponibilidade para atender a necessidade do ser humano, mais ainda quando se deseja uma alimentação saudável e nutricional. O cuscuz possui grande valor energético, carboidratos e proteínas, e seu

consumo contribuiu para a segurança alimentar e nutricional das famílias, tendo em vista que o cuscuz é um alimento que é consumido cotidianamente, é um subproduto de um dos alimentos mais ricos em vitaminas e minerais, que é o milho. Cerca de 5 a 6 famílias afirmaram que o açúcar é um elemento indispensável que é adquirido no supermercado, e que complementa a alimentação da família, 10,5% dos entrevistados citavam que sucos industrializados, macarrão instantâneo, iogurtes, sucos de caixinha, achocolatados, leite e o próprio açúcar refinado, são alimentos que os filhos e os netos mais consomem, após o consumo do arroz e feijão ou os substituindo. De Assis Nogueira et al. (2020), corroboram que os hábitos alimentares aprendidos na infância podem interferir nas preferências alimentares por toda a vida, o que enfatiza a importância de hábitos alimentares de uma alimentação saudável. Nos últimos anos houve muitas mudanças nos hábitos alimentares no mundo, e não foi diferente para os brasileiros. *“Os alimentos industrializados, ultraprocessados e com aditivos foram introduzidos na alimentação por serem mais práticos para o consumo”* (BRASIL, 2014). Sendo os alimentos ultraprocessados os que dispõem de maior densidade energética, maior teor de açúcar livre e menor teor de fibra, quando comparados a alimentos in natura ou minimamente processados, mesmo quando se considera a combinação desses alimentos com ingredientes culinários como sal, açúcar e gorduras (DA SILVA et al., 2022).

Para os agricultores as palavras políticas públicas ou programas sociais para a agricultura eram termos bem desconhecidos de uma expressiva percentagem dos entrevistados, mas que eram vinculados diretamente a algum programa social da agricultura familiar como (PRONAF, PAA, CISTERNAS) porém isentos de informações básicas como o conceito do que define as políticas públicas para os agricultores familiares (Figura 3). Os programas que os agricultores usufruem foram PRONAF com dois integrantes (5%), PAA com dois integrantes (5%) CISTERNA com um integrante (2%). Já 20 participantes (52%) responderam que estavam participando apenas do bolsa família, 8 participantes (21%) não estavam vinculados a nenhum programa de políticas públicas, apenas seis agricultores (15%) afirmaram conhecer a programa de políticas públicas vinculados ao programa garantia safra.

Através da literatura observa-se que as possíveis falhas da falta de vínculos entre o agricultor e as políticas públicas, seja da carência de assistência técnica, da falta de coordenação e articulação entre as coordenações voltadas para o ambiente agrário, entre os agentes operadores dessas ações intermediando o rural e o urbano, ou seja nos municípios e gestores locais (DE AQUINO, 2017). No ano de 2017 com a soma de todas as localidades do município de Acarape, resultou em 344 participantes do PRONAF B e 26 do PRONAF V. O



PRONAF é um programa que oferece linhas de financiamento e créditos para agricultores familiares, e existem vários tipos de linhas de crédito. O PRONAF B é o financiamento a agricultores e produtores rurais familiares através de pessoas físicas que tenham obtido renda bruta familiar de até R \$23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O Pronaf V é destinado a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas periurbanas (IBGE- Censo Agropecuário, 2022).

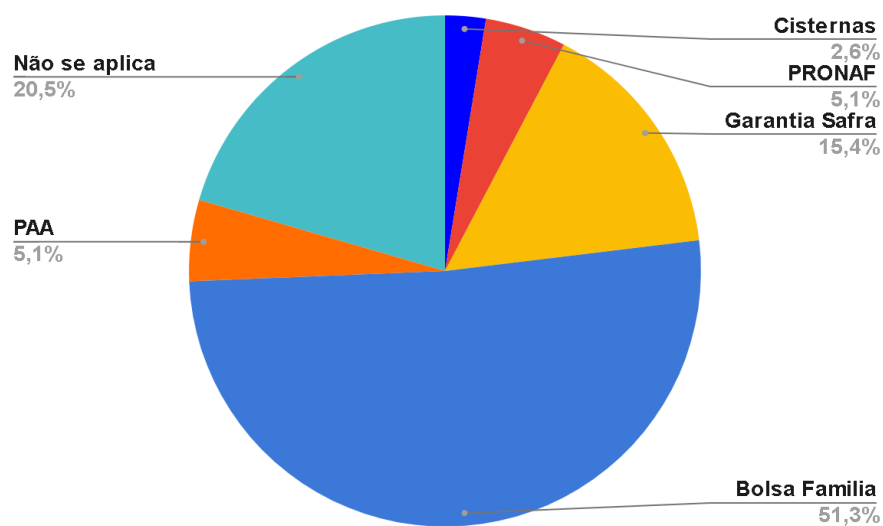


Figura 3. Vínculos dos agricultores entrevistados com os programas sociais e programas de políticas públicas para a agricultura no município de Acarape-CE. Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do questionário de pesquisa de campo. 2023

Para a obtenção do PRONAF e demais políticas públicas era anteriormente necessário ter acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), mas a partir da data 19 de novembro de 2018, a Portaria nº 663 da Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário definiu que os procedimentos para a gestão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), substituíram a DAP. Na presente pesquisa, embora apenas 43,59% afirmaram possuir a (DAP) (vencidas ou aptas as políticas públicas), mais da metade afirmaram não possuir (56,41%). Além da DAP houve uma pergunta sobre ter Cadastro Ambiental Rural (CAR), e o resultado foi de 100% afirmando não possuir, reiterando que o CAR é um registro que contribui com a regularização ambiental nas propriedades agrícolas, nas áreas rurais e periurbanas. Com o auxílio do CAR o proprietário do imóvel restabelece os limites da

propriedade, as áreas de (APP) área de preservação permanente, as (RL) reserva legal, o uso e o tipo de solos, os créditos agrícolas etc. (DE MELO, 2021).

O Programa Bolsa Família oferta uma renda mínima para famílias carentes das zonas urbanas, periurbanas e rurais, a intenção do programa também é de proporcionar uma segurança alimentar às famílias contempladas, conseguindo indiretamente incentivar o consumo e, conseqüentemente, a produção local e regional de alimentos (DOS SANTOS, 2017). Como política pública, o Programa Bolsa Família, pode proporcionar além de acesso a compra de alimentos uma segurança aos familiares que por ventura passarem por fatores de ações naturais, como as causadas por chuvas, inundações, estiagem, pragas etc. Essa seria supostamente uma das intenções de apoio principalmente para as famílias que residem nas áreas rurais e periurbanas. No ano de 2021 no mês de outubro 2.018 famílias foram beneficiadas no município de Acarape CE, com um valor total repassado de R\$ 279.031,00, com um valor médio dos benefícios de R\$ 138,27 por família (BRASIL, 2021). O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), segundo (IBGE, 2022) entre os meses de agosto a dezembro, repassou R\$ 11.691,77 para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, reiterando que apenas dois agricultores (5,1%) na presente pesquisa afirmaram estar vinculados ao programa

A EMATERCE, não tem um escritório no município de Acarape, e os agricultores precisam ir até a cidade vizinha Redenção para obter o acesso às sementes do programa Garantia Safra. Além disso, 15,4% dos agricultores recebem doação de sementes pelo órgão. O governo municipal de Acarape no ano de 2023 afirmou que o programa será realizado no município em parceria com a EMATERCE para o cadastro dos agricultores das localidades rurais, urbanas e periurbanas através da secretaria de Desenvolvimento Agrário, Pesca e Pecuária.

As cisternas do programa são José III são as cisternas utilizadas para tarefas que não exigem água potável como rega de hortas, para matar a sede de animais de criação e atividades agrícolas. O vínculo ocorre por meio de associações através do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Acarape, que tem como principal atividade as organizações sindicais, sem vínculos com o governo municipal. Um agricultor (2%) afirmou que está vinculado a este programa. O público-alvo do programa são as famílias rurais de baixa renda, que são atingidas pela seca ou falta regular de água (SANTANA et al., 2020).

A ausência de uma política de segurança alimentar e de agricultura familiar para o público em questão foi observado. De Aquino (2017) ressalva que a carência de assistência

técnica ou de informações pelo poder público responsáveis pela agricultura familiar é um dos déficits entre os agricultores e os programas do governo, como apresenta o resultado da presente pesquisa, onde 64% afirmaram não conhecer os acessos às políticas, reafirmado pela falta de informações que 74% dos agricultores afirmaram não receber assistência técnica, uma minoria representada pelos beneficiários do garantia safra e PRONAF, cerca de 25% afirmam receber assistência técnica de uma agente da EMATERCE representante do escritório de Redenção, que fazem visitas periodicamente, 60% afirmaram participar do sindicato local, 28% de associação e 12% não participam. Quando indagados se participavam de cursos, formações ou troca de experiência, 74% afirmaram não participarem, seguidos por 10% que participam e/ou participaram pela EMATERCE, 9,3% pelo sindicato, e 6% pela universidade. Não existem casas de sementes em nenhuma das duas localidades visitadas. Em relação à participação em sindicatos, 60% afirmaram participar, 28% participam de associações e 12% não participam.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A agricultura familiar da cidade de Acarape é caracterizada pelas atividades de autoconsumo e a comercialização, enquanto atividades como troca/doação não sejam tão frequentes.

O perfil dos participantes mostrou que embora o escoamento das culturas aconteça com êxito, a maioria das famílias estão instauradas em uma baixa renda familiar, com a segurança alimentar comprometida devido a práticas com métodos convencionais de uso de agrotóxicos e na falta de experiências com atividades agroecológicas.

Vale uma reflexão do corpo docente do Curso de Agronomia da UNILAB, que possui viés agroecológico e se situa na cidade, e conforme este estudo, pouco tem contribuído para a divulgação de tais técnicas tão importantes para os agricultores familiares.

As políticas públicas direcionadas para os agricultores da cidade encontram-se com baixa adesão, sendo necessário mudanças na comunicação, para que haja melhorias no setor agrícola nas áreas periurbanas.

Por fim, é importante frisar que, é por meio do incentivo e a parceria entre os atores municipais e os agricultores, a possibilidade de identificar as especificidades do agricultor familiar e investir em capacitações, assistências técnicas, a fim de garantir e melhorar o

acesso às políticas públicas, sendo possível através da melhoria de informações fornecidas aos produtores, e assim possibilitar a transição do cultivo convencional para o agroecológico agregando hábitos sustentáveis e saudáveis.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ser a minha base e a minha querida mãe por ser a minha maior inspiração nessa vida. Agradeço a minha professora orientadora Fernanda Schneider pela compreensão, dedicação e por todo suporte. Agradeço a UNILAB, todo o seu corpo docente, e os agricultores entrevistados que me permitiram produzir a pesquisa e seus resultados, sem eles não seria possível.

## **REFERÊNCIAS**

ABRASCO, Dossiê. um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. **ABRASCO, Rio de Janeiro**, p. 1-137, 2012.

BARROS, Antonio Teixeira de; MITOZO, Isabele Batista. A Percepção e o Discurso de Jovens Brasileiros sobre os Partidos Ecológicos. **Dados**, v. 64, 2021.

BRAGA, Camila Lago; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Transformações na agricultura periurbana da MRH da aglomeração urbana de São Luís. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 241-261, 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde (2014). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília-DF 2.Ed.

CAMPOS, Michele Laffayett de; SOGLIO, Fábio Kessler Dal. Sementes crioulas e relações de poder na agricultura: Interfaces entre Biopoder e agência social. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

CARRILHO, Alrilene Balga et al. Monitoramento de queimadas no município de Novo Progresso-PA, nos períodos de 2019 e 2020 com o uso do Mapbiomas. 2022.

CARVALHO, Josias Jerônimo de. Crescimento do milho consorciado com a fava em épocas de semeadura. 2019.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

COELHO, Jackson Dantas. Produção de grãos—feijão, milho e soja. 2018.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. 2021.

DA SILVA, Amanda de Fátima Rodrigues et al. Impacto e consequências do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde infantil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, p. e123111536883-e123111536883, 2022.

DE ANDRADE MIGUEL, Lovois; SCHREINER, Camila Traesel. Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola. Editora da UFRGS, 2022.

DE AQUINO, Joacir Rufino et al. Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o programa bolsa família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. 2017.

DE ASSIS NOGUEIRA, Juliana Mara Gomes et al. Primeira infância sem açúcar: um direito a ser conquistado. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 9, n. 4, p. 51-69, 2020.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, v. 470, 2017.

DE MELO, Danielle Picão et al. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) no sudoeste paulista: deficiências e desafios. *DOI*, v. 10, n. 210906161, p. 120-137, 2021.

DOS SANTOS, Janayson Rodrigues. As Políticas Públicas na Agricultura Familiar do Território da Cidadania da Bacia Leiteira Alagoana: PRONAF, PNAE, PAA e Programa Bolsa Família. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. e 12464-e 12464, 2022.

FERREIRA, C. M. et al. Arroz e feijão: tradição e segurança alimentar. 2021.

FERRÃO, Fabiane Rodrigues. Agricultura Periurbana no Distrito Federal frente aos aspectos agroecológicos. 2020.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lya. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações econômicas**, v. 45, n. 6, p. 45-60, 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. **Série de documentos de trabalho**, n. 145, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Ed. da UFRGS, 2009.

SGARBOSSA, Gabriel Magro et al. UTILIZAÇÃO DO NIM NA AGROPECUÁRIA. **Anais da Feira de Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura do Instituto Federal Catarinense do Campus Concórdia**, v. 5, n. 1, p. 58-58, 2022.

SILVA, Monica Nardine et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, p. 7, 2017.

SANTANA, Vitor Leal; RAHAL, Lilian dos Santos. Tecnologias sociais como impulso para o acesso à água e o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro: a experiência do Programa Cisternas. Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil. Brasília: CEPAL, 2020. LC/TS. 2020/37. p. 155-169, 2020.

SANTOS PEREIRA, Augusto. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. *Terr@ Plural*, v. 7, n. 2, p. 287-304, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000.

ZANCO, Alcidir Mazutti; CORBARI, Fábio; ALVES, Adilson Francelino. Conexão entre agricultura familiar e cooperativismo. *Orbis Latina*, v. 9, n. 1, p. 43-56, 2019.